

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

Projeto de Poder e Anticomunismo nos Boletins Mensais do Ipês entre 1963 e 1966

Fernando de Oliveira Vieira¹

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender a participação de setores civis na conjuntura de desestabilização política que resultou no golpe civil militar de 1964. Por isso, optamos pela análise de materiais publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – Ipês entre os anos de 1963 e 1967, em especial, os *Boletins Mensais Ipês*, além de outras publicações internas do Ipês e através de outros materiais como jornais de grande circulação. O *Boletim Mensal Ipês* foi uma publicação criada em setembro de 1962 no Rio de Janeiro com a participação de dirigentes do Ipês de São Paulo e Rio de Janeiro. A publicação apresentava o ideário do Ipês, por meio de uma retórica anticomunista e de uma oposição ao governo João Goulart e pela defesa de reformas institucionais no Estado brasileiro. Por meio da investigação científica dos *Boletins Mensais Ipês*, nosso propósito é analisar como a defesa das reformas institucionais do Ipês se relaciona a um projeto de poder que foi empregado em parte no governo Castello Branco, bem como discurso anticomunista presente na publicação.

Palavras chave: anticomunismo, reformas, projeto de poder

Introdução

A partir dos princípios da Aliança para o Progresso² e da encíclica *Mater et Magistra*³ de autoria do papa João XXIII, o Ipês foi fundado em⁴ novembro de 1962 e passou a funcionar legalmente em fevereiro de 1962. Juridicamente, era uma entidade filantrópica sem fins lucrativos (ASSIS, 2001, p 21). Predominantemente, era formado por empresários e profissionais liberais e havia militares egressos da Escola Superior de Guerra – ESG. A presença de quadros do governo Jânio Quadros era significativa. Os princípios do Ipês eram:

A finalidade do Ipês é o estudo de soluções democráticas para os problemas colocados pelo desenvolvimento nacional, e a formação legítima de uma

¹Mestrando em ciências sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. **E-mail:** csfernandovieira@yahoo.com.br.

²**Aliança Para o Progresso** era um programa de desenvolvimento econômico para a América Latina idealizado pelos Estados Unidos durante o governo John Kennedy. É fundada em agosto de 1961, quando Estados Unidos e 22 nações da América Latina assinam a Carta de Punta del Este. (ABREU A. A. et al, s/p, 2010). Tratava-se de um programa de ajuda financeira, mas seu principal objetivo de acordo com o historiador Carlos Fico (2014b, p. 27) era o combate ao comunismo.

³**Mater Et Magistra** foi uma carta encíclica publicada em 15 de maio de 1961 que atualizava *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, defendendo os seguintes princípios: a justiça social, a participação de trabalhadores no lucro e da propriedade das empresas, a solidariedade entre operários e empresários, a remuneração justa (JOÃO XXII, 1961).

⁴ A reunião de fundação do Ipês ocorreu em 29 de novembro de 1961 (DREIFUSS, P175), foi registrado em 8 de dezembro de 1961 e fundado oficialmente em 02 de fevereiro de 1962 (ASSIS, 2001, p. 21); (SÃO PAULO - Diário Oficial (do) Estado de São Paulo, São Paulo, 8 dez. 1961).

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

opinião pública, esclarecida e participante, visando ao fortalecimento do regime democrático e ao progresso econômico e social (QUE é o IPÊS, 1964, p. 2).

As motivações para a criação do Ipês foram a renúncia de Jânio⁵, a mobilização política atravessando barreiras de classe de acordo com Dreifuss. O propósito era estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi “percebido como a tendência esquerdista da vida política”. (DREIFUSS, 2008, p. 174- 175).

A face pública do Ipês mostrava uma organização integrada por “respeitáveis homens de negócios”, intelectuais e técnicos de destaque “ que pregavam reformas moderadas das instituições políticas e econômicas existentes”. Mas que segundo Dreifuss coordenavam uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, agindo em consonância com o Ibad- Instituto Brasileiro de Ação Democrática (DREIFUSS (2008, p. 175-176).

O Ipês fez intensa campanha contra o governo João Goulart. Financiou documentários contrários ao governo, editou livros⁶ e panfletos de caráter anticomunista, organizou conferências, tinha espaço na televisão em programas como *Peço a Palavra* na TV Cultura e em jornais de grande porte como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*. Financiou grupos oposicionistas no parlamento, governadores oposicionistas, campanhas eleitorais contra candidatos identificados com a esquerda (como Miguel Arraes na campanha eleitoral de 1962) e participou ativamente do golpe de 1964 (ASSIS, 2001; DREIFUSS, 2008).

O Ipês foi acusado de ser um dos agrupamentos envolvido no financiamento ilícito de campanhas oposicionistas em 1962, junto com o Instituto de Ação Democrática - Ibad. Em 1963 foi instalada uma CPI para investigar a atuação do Ipês e do Ibad. O relatório da

⁶Martina Gonçalves (2010) aponta a conexão do Ipês com as Editoras Record, GRD (iniciais de Gumercindo Rocha Dórea –ex-integralista, e Agir (fundada pelo intelectual católico Alceu Amoroso Lima e por Candido Guinle). Entre outras editoras apontadas por Gonçalves com vínculos indiretos com Ipês destacamos as editoras Globo, José Olímpio, Cruzeiro. A autora faz uma listagem ampla de livros publicados. Destacamos os seguintes livros: *Anatomia do Comunismo*, *A Rebelião da Juventude na URSS*, *Une: Instrumento de Subversão*, *Cuba: Nação Independente ou Satélite*, *Você e a democracia*.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

CPI concluiu pela culpabilidade do Ibad e o condenou à extinção, mas o Ipês foi inocentado por falta de provas.

Sendo um dos apoiadores do golpe de 1964, o Ipês durou mais oito anos, focando sua atuação em cursos e palestras para altos executivos. Em 1972, de acordo com Assis (2001, p.73-76), o Instituto foi fechado por não conseguir arcar com as despesas do aluguel de suas instalações. Em 29 de março daquele ano Harold Cecil Poland presidiu a assembleia de fechamento do Instituto. O acervo documental do Ipês ficou sob responsabilidade do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e do Centro de Biblioteconomia. Foi criado o *Fundo Ipês*, que seria repassado à Fundação Getúlio Vargas para a premiação dos melhores trabalhos sobre ecologia.

Os Boletins Mensais do Ipês no Governo João Goulart

O *Boletim Mensal do Ipês* era editado pelo Grupo de Opinião Pública do Ipês, voltada aos associados do Ipês, tendo como objetivo a formulação de um discurso institucional. Mas ele não era restrito apenas aos associados. De acordo com o editorial do *Boletim Mensal Ipês*, nº 18 (p.2), essa publicação teria sido fartamente distribuída no país. Foram distribuídos aproximadamente 36 mil exemplares (em 12 revistas) até o ano de 1963. Parece-nos, recorrendo a Dreifuss (2008), um mecanismo “para moldar a consciência e a organização de setores dominantes”. Mas pode ser considerado também um mecanismo de propaganda direcionado ao público externo.

O *Boletim Mensal Ipês* foi criado em setembro de 1962 (RAMÍREZ, 2010, p. 223-224) como uma publicação formulada por São Paulo e Rio de Janeiro, representando o ideário do Ipês. Em maio de 1964, o Ipês São Paulo e da Guanabara se separam e o Ipês São Paulo passa a ter uma publicação própria chamada *As Notícias do Ipês SP*. O *Boletim Mensal Ipês* passou a ser uma publicação do Ipês Guanabara e ter ênfase mais regional, mas as mudanças foram sutis. Em novembro de 1965 o *Boletim* volta a ser semestral e em março de 1967 volta a ser mensal. Em janeiro de 1968 passa a se chamar *Boletim Informativo Mensal*, com um número restrito de páginas. As publicações que sucederam o *Boletim* foram o *Noticiário IPES/Gb*, em 1968, e o *Informativo IPES/Gb*, nos anos de 1968 e 1969.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

A linha editorial do *Boletim Mensal do Ipês* era de oposição ao governo João Goulart, defendendo uma política anti-inflacionária, o planejamento econômico, a criação de um Banco Central, as reformas agrária, urbana e tributária. Além disso, defendia como ideal, a livre empresa. Tais concepções se contrapunham à agenda reformista do governo João Goulart, ao que entendiam como clima de agitação da época. Tais reformas parece-nos indicar um projeto de poder. Outros elementos presentes são a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento, o anti-comunismo, a crítica ao caos administrativo e a defesa da ordem.

O programa de reformas proposta pelos dirigentes do Ipês procurava dar resposta às mobilizações por reformas durante o governo João Goulart. Tal período, caracterizou-se por reivindicações por reforma agrária, por mobilizações de trabalhadores urbanos, por reformas trabalhistas, pelo surgimento dos Centros Populares de Cultura que tinham como programa a democratização da cultura (MONIZ BANDEIRA. 2010, pp. 163-171).

O fracasso do Plano Trienal é um dos elementos que, para Caio Navarro de Toledo, fizeram com que João Goulart se empenhasse de maneira mais enérgica na defesa das Reformas de Base. Esse programa de reformas pressupunha reforma agrária, bancária, fiscal, eleitoral, urbana. De acordo com Toledo, tais reformas seriam indispensáveis a fim de que o capitalismo brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento (TOLEDO, 2004, p. 17).

A preocupação com um novo patamar de desenvolvimento econômico para o país era presente no ideário do Ipês. Tal modelo de desenvolvimento⁷ parece se contrapor às reformas propostas pelo governo João Goulart. O desenvolvimento econômico era defendido pelo Ipês como estratégia para a saída do subdesenvolvimento. E a condição para isso, nessa concepção, seria a educação, pois ela abrangeria todos os aspectos da vida social, tais como

⁷Lídia Goldenstein (1994 pp. 23-55) faz referência aos debates entre intelectuais latino americanos em relação à questão da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina apontando que a preocupação com o desenvolvimento econômico ganha força nos anos 40 quando Raul Prebisch inicia o que ficou conhecido como teoria do subdesenvolvimento. Uma nova corrente de pensamento econômico associada aos estudos e propostas da CEPAL é inaugurada nesse período, de acordo com a autora (GOLDENSTEIN, pp. 24-25). Goldenstein relembra os debates desse período sobre a teoria do subdesenvolvimento de Prebisch, à influência do Partido Comunista, ao debate dos anos 60 entre os autores que classifica como “*estagnacionistas*” e os “*dependentistas*” representados por Cardoso e Enzo Faletto. Desse modo, se o Ipês tinha a sua concepção de desenvolvimento econômico, estava inserida no debate na época.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

o comportamento social, respeito às leis e honestidade em transações comerciais (EDITORIAL,1963C, p.2-3).

De acordo com essa argumentação, o desenvolvimento se converte numa questão psicológica e num ato de vontade dos escolhidos. Desse modo, na retórica dos dirigentes do Ipês, o desenvolvimento é impossível de ser realizado se não se implantar na mente dos “homens convocados para implantá-lo” (EDITORIAL, 1963C, p.2-3).

O que se entende como desenvolvimento era contraposto ao subdesenvolvimento, associado aos países que na época eram classificados como subdesenvolvidos, vistos como “ favelas da economia mundial”, conforme se explicita na citação logo abaixo:

[...] E a tarefa de educar como solução para vencer o subdesenvolvimento é assunto político da maior urgência porque o povo está impaciente e cansado de esperar. Ninguém mais quer viver em favelas. Todos aspiram a melhorar. E como diz Cairncross, **os países subdesenvolvidos são as favelas da economia mundial** (EDITORIAL, 1963C, p. 3, sem negrito no original).

O programa de reformas proposto pelo IPÊS pressupunha uma estratégia para atingir um patamar de desenvolvimento econômico associado à justiça social e atrelado ao desenvolvimento da indústria e da agricultura.

O Estado é defendido pelos líderes ipesianos como indutor do desenvolvimento econômico. Mas a intervenção estatal deve ser limitada devendo ocorrer apenas como função supletiva e disciplinarizadora das empresas privadas, não devendo intervir em atividades que podem ser supridas pela iniciativa privada. O resultado da intervenção do Estado, de acordo com essa interpretação, pode ser o de fortalecimento da iniciativa privada ou a sua destruição (ALVES FERREIRA; CARNEIRO; FARIA; FIGUEIREDO JUNIOR, 1964, p. 46-47).

Um importante instrumento de desenvolvimento econômico defendido pelo Ipês é a reforma agrária. Em contraposição, o latifúndio é considerado um atraso. Esse modelo de reforma agrária se contrapõe a proposta defendida no governo João Goulart porque, de acordo com o texto intitulado *Crítica ao Anteprojeto de Lei Reforma Agrária* publicado no *Boletim Mensal nº 12*, não implanta a mentalidade democrática no homem do campo. De acordo com essa leitura, diversos pontos da reforma agrária defendidos pelo governo não

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

são considerados claros. Além disso, a lei não fiscaliza abusos que podem tornar o Estado brasileiro o maior latifundiário do país (CRÍTICA ao Anteprojeto de Lei Reforma Agrária-1963 p. 4-12).

Outras reformas defendidas nos Boletins Mensais como instrumento de desenvolvimento econômico, foram a reforma tributária, defendida como instrumento de correção de desequilíbrios regionais (ALMINO, 1963, p. 22-31). Defendem uma reforma bancária que preconizava a criação de um Banco Central independente adaptado às exigências de mercado e ao combate à inflação. (NOGUEIRA 1963, p.21-29). Outra reforma preconizada é a habitacional onde se defende que o trabalhador adquira a casa própria com base no esforço e na poupança compulsória. (TOLLENS, 1963, p. 23-29).

As reformas defendidas pelos dirigentes do Ipês, publicadas nos Boletins eram apresentadas ao público como um trabalho coletivo de especialistas. Os autores dessas reformas eram grupos de trabalho formados por economistas, sociólogos, empresários, militares e por intelectuais que tinham respaldo do Ipês, sendo publicados em seus Boletins. Essas reformas eram apresentadas como necessárias e urgentes. Tratava-se de um verdadeiro programa de governo. Durante o governo João Goulart, de acordo com Dreifuss (2008, p. 338) alguns desses estudos, convertiam-se em projetos de lei apresentados por deputados da vinculados a anticomunista, Ação Democrática Parlamentar.

Em contraposição, as reformas defendidas no governo João Goulart são criticadas pelos dirigentes do Ipês. O Plano Trienal, por exemplo, é criticado no editorial intitulado *Ainda a Propósito do Plano Trienal Comentado pelo Ipês*, publicado no Boletim Mensal nº 08, o Plano Trienal não pode ser verdadeiramente considerado um plano, não tendo condições básicas de exequibilidade, já que não haveria pessoal tecnicamente qualificado, disponibilidade de informação e aparelhamento administrativo adequado. Haveria também falhas técnicas sérias. Outro argumento é que um plano pode levar a resultados adversos daqueles que se pretendia adotar (EDITORIAL. 1963B, p 2-6).

O ideário do Ipês indica que a incorporação da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento, está presente em outras organizações que lhe foram contemporâneas tais como o ISEB, por exemplo, que era uma entidade aparentemente oposta ao Ipês. Porém como mostra Caio Navarro de Toledo (1978, p. 111) em *ISEB Fabrica de*

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

Ideologias, o ISEB convocou camadas intelectuais para pensarem na superação do atraso, dos problemas sociais e do subdesenvolvimento. Além disso, as próprias Reformas de Base do governo João Goulart tinham como um dos horizontes a superação do subdesenvolvimento. Isso mostra, como a teoria do subdesenvolvimento de Prebisch penetrou em correntes ideológicas distintas entre os anos 50 e 60.

O Ipês também tinha como preocupação a superação do subdesenvolvimento, mas com uma proposta alternativa, alinhada aos marcos da Aliança para o Progresso e da Mater et Magistra, contrapondo-se a política externa independente do governo Goulart. Tal proposta alternativa, revela, conforme a literatura sobre o instituto [Dreifuss (2008), Gonçalves (2010) Motta (2010) Starling (1986)], a presença de elementos conservadores tais como a defesa da ordem, do anticomunismo, da tutela em relação às massas, tidas como incapazes, o elitismo, atribuindo ao empresário, um papel de relevo.

Os Boletins Mensais durante o Governo Castelo Branco– As reformas e o projeto de poder como antítese do comunismo e em defesa da ditadura

Os interesses por reformas institucionais no Estado Brasileiro, bem como o anti-comunismo, permanecem, nos *Boletins Mensais Ipês* durante o governo Castello Branco. A diferença é que a possibilidade das reformas preconizadas pelo Ipês passaram a ser aplicáveis. Naquele período são publicados artigos de membros do 1º escalão do governo Castelo Branco, tais como o presidente do Banco Central (recém-criado) e do Ministério do Planejamento. A defesa da livre empresa, a política anti-inflacionária, a reforma agrária e ao planejamento continuam. Mas alguns temas ganham maior destaque. Um dos exemplos é a temática da educação⁸.

⁸O *Boletim Mensal Ipês* n° 29 apresenta um estudo feito sobre a educação no Japão. Já o *Boletim Mensal Ipês* n° 30-31 apresenta um detalhado estudo sobre o sistema educacional na União Soviética, e sobre o modelo de escola de negócios dos EUA. Nesse período a preocupação em defender reformas educacionais é mais evidente no Ipês. Conforme mostra Souza (1981), realizaram-se duas conferências nos anos 1964 e 1968, promovidas pelo Ipês e pela PUC do Rio de Janeiro que foram reunidas no documento intitulado: *A educação que nos convém* publicado em 1969. Nesses encontros, entre os pontos defendidos, destacamos: reforma universitária; o fim da gratuidade nas universidades; maior investimento no ensino médio e em cursos profissionalizantes.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

Outra mudança importante, ocorre com Ipês após o golpe. Em 27 de maio ocorre uma assembleia que decide pela separação do Ipês Guanabara do Ipês São Paulo, sob a explicação que a mudança “oficializa uma situação de fato, pois os problemas administrativos são eminentemente locais” (ATA da Reunião da Comissão Diretora- Extrato para Registro nº 4). A nova estrutura se reflete nas publicações. Em julho de 1964 as referências em relação ao Ipês de São Paulo deixam de aparecer no Boletim Mensal Ipês que passa a ser uma publicação do Ipês Guanabara e a ênfase regional aumenta significativamente. O Ipês São Paulo passa a ter uma publicação própria denominada como *Notícias do Ipês*. Ambas publicações fazem apologia do golpe de 1964 e apresentam a ditadura como uma democracia resultado de uma revolução democrática de classe média. O *Boletim Ipês n 42-43*, por exemplo, apresenta a ditadura como uma democracia representativa fundada na livre iniciativa conforme a citação abaixo:

[...] O Brasil fez a sua opção – e essa escolha significa democracia representativa, democracia econômica, livre iniciativa, para complementar a ação pública, sistema de preços e de mercados expostos aos ventos livres da competição sadia. A manifestação do povo, canalizada através de forças atuantes da nacionalidade, legitimou no plano político, um elenco de providências para instituir a nova ordem jurídica e, no plano econômico, impôs o planejamento capaz de projetar no presente a sombra do futuro [...] (GENTE e Notícia, 1966, p.6).

Durante a ditadura militar, diversos quadros do Ipês foram incorporados em cargos de 1º e 2º escalão durante o governo Castello Branco⁹ e puderam implantar as reformas defendidas durante o governo João Goulart. Tratava-se assim do momento em que os dirigentes do Ipês puderam implantar parte de seus programas de reformas.

⁹No governo Castello Branco, dirigentes do Ipês ocuparam postos importantes no governo. Golbery do Couto Silva criou o Sistema Nacional de Informação com base nos arquivos do Ipês. Hélio Beltrão tornou-se o responsável pela reforma administrativa do governo e se tornou ministro do planejamento. Dênio Nogueira foi o primeiro presidente do recém-criado Banco Central. José Garrido Torres se converteu em presidente do BNDE. Joviano Jardim se converte em presidente da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro. Para o Conselho Nacional de Economia foram escolhidos Glycon de Paiva, Harold Cecil Polland e Paulo de Assis Ribeiro. O diretor do curso de atualidades brasileiras do Ipês, o general João Tubino de Andrade foi nomeado para o cargo de superintendente da fronteira sudeste com sede em Porto Alegre. Dreifuss aponta ainda que dirigentes do Ipês ocuparam a área econômica do governo, ocupando posto no Conselho Nacional de Economia, do Conselho Monetário Nacional e também os bancos estaduais. A área financeira do governo foi tomada por representantes do Ipês nos ministérios da Fazenda, Planejamento e do SUMOC (DREIFUSS, 2008, p. 437-479, p.4 GENTE E NOTICIA BOLETIM IPÊS 23 p.3).

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

Desse modo, conforme Dreifuss (2008, p. 440-441), o papel do Ipês foi reavaliado. O momento era o de conter grupos econômicos e militares e facções dissidentes recalitrantes. O Ipês passou a se ver como o “governo privado” que deveria apoiar o “governo público” que eles próprios inspirariam, além de ocupar os postos com seu pessoal (DREIFUSS, 2008, p. 440-441). Tornou-se um fórum de discussão para empresários, ministros e altos burocratas.

O *Boletim Mensal Ipês* se converte numa publicação de defesa das reformas do governo Castello Branco, ou como Dreifuss aponta, tornou-se a “voz da revolução” (DREIFUSS, p. 475). Nessa condição, os dirigentes do Ipês que passaram a ocupar postos governamentais, continuaram a ter seus textos publicados nos Boletins. As reformas defendidas pelo Ipês passam a ser as reformas do governo. Parcela expressiva dos dirigentes do Ipês ocupava postos importantes no governo e parte das reformas implantadas pelo governo são as reformas defendidas pelos dirigentes do Ipês. Roberto Campos (1994, p. 640), por exemplo, defende que as reformas implementadas pelo governo só foram possíveis graças ao “think thank” do Ipês:

Essa produtividade que requeria a preparação de complexos textos legislativos, somente se tornou possível graças aos trabalhos progressos de um think thank, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Formalmente criado em novembro de 1961, reunindo empresários, economistas, sociólogos e políticos, o IPES propunha-se a formular alternativas racionais e pragmáticas ao radicalismo da república sindicalista de Goulart. Através de seus Grupos de Estudo e Doutrina, coordenados por José Garrido Torres, procedia o levantamento da conjuntura e à preparação de anteprojetos de lei tão variados como as reformas tributária, bancária, agrária, habitacional e administrativa, a remessa de lucros, a democratização do capital e a legislação antitruste. Essas reformas seriam direcionadas para a modernização do capitalismo (CAMPOS, 1994, p. 640).

Um dos dirigentes do Ipês, Paulo de Assis Ribeiro, torna-se presidente do recém-criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, convertendo-se no formulador do Estatuto da Terra - que seria a reforma agrária do governo Castello Branco. No *Boletim Ipês* n° 24 é entrevistado na condição de representante do governo e endossa os estudos anteriores do Ipês, defendendo o Estatuto da Terra como uma reforma agrária que defende o direito de

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

propriedade, enquanto o modelo de reforma agrária do governo deposto é criticado por seu suposto radicalismo (ENTREVISTANDO Paulo Assis Ribeiro, 1964, pp. 4-8).

A inflação ainda é uma preocupação dos dirigentes do Ipês. Mas agora a política anti-inflacionária do governo é defendida, sendo vista como um instrumento de desenvolvimento econômico. O dirigente ipesiano José Garrido Torres, como presidente do BNDE e porta voz do governo, defende a PAEG como instrumento de disciplinarização dos investimentos e de perseguição ao desenvolvimento por meio de um combate sistemático à inflação (TORRES, 1965, p.12).

Outra reforma defendida é a administrativa a partir de um modelo em que o Estado seja descentralizado a partir de um **planejamento institucionalizado**. Um dos que defendem isso nas publicações do Ipês é Hélio Beltrão, ministro do Planejamento. De acordo com sua argumentação, a União se intrometeu em áreas que seriam de competência de Estados e municípios. Conforme a citação abaixo:

Não se trata de nomear, dentro do Governo Federal, um ditador que vá planejar toda a administração Pública. Trata-se de institucionalizar um sistema de planejamento que faça com que todos os órgãos planejem seus serviços, que faça com que haja planejamento nos vários setores do Serviço Público (BELTRÃO. 1965 p.34).

Outro tema recorrente nesse período é o da educação, que é entendida como instrumento para converter o Brasil numa potência. O quadro do país, de acordo com a publicação, é de falta de tecnologia além do subdesenvolvimento. E o responsabilizado pelo subdesenvolvimento é o homem brasileiro.

A causa primordial de nosso subdesenvolvimento reside, entretanto, no próprio homem brasileiro. Está no seu físico, combatido por uma série de enfermidades que encontram prêsas fáceis em um organismo cujas resistências foram minadas pela subnutrição. Mas está também no seu espírito “cultivado”; no desconhecimento das mais adequadas técnicas de trabalho quer no campo, quer na cidade; na insuficiente capacidade de organização e direção; no despreparo das elites para responder ao desafio dos novos tempos; na irresponsabilidade que campeia livre em todos os quadrantes do país (A REFORMA da Educação, 1964, p.8).

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

Desse modo, o culpado pelo subdesenvolvimento brasileiro é o próprio homem brasileiro, já que ele é combalido por uma série de enfermidades. Uma das consequências apontadas, de acordo com os dirigentes, seria a existência de pessoas despreparadas que iriam trabalhar em empresas e concorrer a cargo no serviço público (A REFORMA da Educação, 1964, p.8). Caberia assim aos esclarecidos, isto é, aos homens de empresa – e não ao “povo em geral” a tarefa do desenvolvimento em conjunto com o governo.

Durante o governo Castello Branco o comunismo continuou sendo uma preocupação importante para os dirigentes do Ipês Por exemplo, no artigo intitulado “Comunistas usam a Economia de Mercado”, publicado no Boletim Mensal Ipês nº 42-43, de autoria de Haroldo Poland, o comunismo é associado ao totalitarismo, sendo visto como incompatível com o desenvolvimento econômico, tratando-se de um confuso regime misto (público e privado). Nesse regime os níveis de industrialização ocorrem às custas do consumo, dos salários baixos e do Estado policial típico de um estado totalitário (POLAND, 1966, p. 10).

Considerações Finais

Durante o governo João Goulart, o Ipês apresentava-se publicamente como uma organização preocupada com a formulação de um programa de reformas institucionais no Estado brasileiro. Tais reformas seriam aplicadas com base nos pressupostos do liberalismo econômico, na doutrina cristã e no alinhamento externo com os Estados Unidos, e o Ipês fazia lobbie no congresso, procurando influenciar nos projetos de lei no congresso.

Defendia pressupostos como democracia sem radicalismos, um modelo de Estado onde haveria espaço para o planejamento estatal com a participação da iniciativa privada. Além disso, defendia o engajamento do empresário como um proponente e ator das reformas. No entanto, não haveria problema para os dirigentes de o Ipês apresentar a ditadura militar instaurada pelo golpe como uma democracia representativa.

Parte expressiva do ideário do Ipês foi incorporada governo Castello Branco após o golpe, tendo como base o alinhamento externo com os Estados Unidos e o liberalismo econômico. Desse modo, uma série de reformas institucionais elaboradas pelo governo Castello Branco, confluíam com as reformas defendidas pelo Ipês. Tais reformas foram

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

implantadas num ambiente de repressão, expurgo de oposicionistas que contribuiu para que tais reformas fossem implantadas com maior facilidade.

As reformas defendidas pelo Ipês preconizavam um novo modelo de Estado que não seria ameaçado pelo comunismo, pela incompetência, pela corrupção e pelo subdesenvolvimento. Tal modelo Estado seria responsável por um planejamento econômico adequado, não interviria no campo da empresa privada e seria responsável pelo desenvolvimento econômico do país em colaboração com o *homem de empresa* que caberia o protagonismo. Tal modelo de Estado, seria a condição necessária para a superação do subdesenvolvimento.

Tais ideais conservadores do Ipês parecem nos estar associados à tradição brasileira de conservadorismo da qual fala o sociólogo Paulo Mercadante. “De acordo com essa concepção, a mentalidade conservadora brasileira se distingue da europeia pelas singulares feições conciliatórias” (MERCADANTE, 1980, p. 11). Tal tradição conciliária o mercantilismo e o feudalismo, o liberalismo com a escravidão. Outro elemento do qual trata Mercadante (1980, p 64) é o que ele denomina como “ideologia de centro” de Hipólito da Costa que indicam como deveriam ser encaradas e solucionadas as questões sociais, excluindo-se dessas reformas o povo, elemento que causaria constrangimento, segundo o autor.

Parece-nos que o Ipês se encaixa nessa tradição de conciliação e nessa “ideologia de centro” formuladas por Mercadante. O Ipês incorpora essa tradição conciliatória ao defender um ideário de democracia, ao mesmo tempo em que conspirava contra um governo legítimo. Além disso, apoiava um golpe civil-militar e a ditadura instaurada. É possível afirmar que essa ideologia de centro está presente nas formulações do Ipês, ao mesmo tempo em que ele se coloca como entidade de centro, moderada e apolítica que defende reformas excluindo as massas, tidas como incapazes, devendo ser tuteladas pela elite empresarial.

Bibliografia

A REFORMA da Educação. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano III, nº 28, nov, 1964.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

- ALMINO, A. Reforma Tributária. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano II, nº 12, pp. 22-31, julho, 1963.
- ALIANÇA Para o Progresso. In ABREU A. A. et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 Disponível em:<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 07/03/2015.
- ALVES F. E.; CARNEIRO, J.; FARIA, O. de; FIGUEIREDO JUNIOR, L. Trabalho de Grupo 3: O Problema da coexistência das empresas privada e estatal, na economia brasileira. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano III, nº 19-20, pp. 46-55, fevereiro- março, 1964.
- ASSIS, D. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe 1962/ 1964*. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.
- ATA da Reunião da Comissão Diretora- Extrato para Registro nº 4 Registro de Título à rua Miguel Couto nº 24, 28/10/1964.
- BELTRÃO, H. Reforma Administrativa Federal In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano V, nº 44, nov-dez 1965
- BRASIL EUA: Encontro de Empresários In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano III, nº 25, agosto 1964.
- BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano III, nº29, pp. 14-48, dez, 1964.
- CAMPOS, R. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CRÍTICA ao Anteprojeto de Lei Reforma Agrária. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano II, nº 12, pp. 4-12, julho, 1963.
- DREIFUSS, R. A. *1964. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.
- EDITORIAL Novas Responsabilidades. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano II, nº 7, pp. 2- 3, fev, 1963A
- EDITORIAL. Ainda a propósito do Plano Trienal comentado pelo Ipês. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano II, nº 8, pp. 2-6, março, 1963.
- EDITORIAL. Situação do Comunismo e sua infiltração particularmente na América Latina e Brasil. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano II, nº 12, pp. 2-4, julho, 1963C.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

EDITORIAL Do planejamento para 1966 In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 40-41, nov-dez 1965.

MERCADANTE, P. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

GENTE E Noticia. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano V, nº 42/43, pp. 5-6, jan, fev, 1966.

GOLDENSTEIN, L. Dependência e desenvolvimento. In. *Repensando a dependência*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

GONÇALVES, M S. *Páginas golpistas: democracia e o anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964) - 2010*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1364.pdf>> Acesso em 07/03/ 2015.

INSTITUTO de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: APEC, 1969

JOÃO XXIII. Carta Encíclica Mater Et Magistra. In Site Oficial da Santa Sé 1961 Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html>. Acesso em 07/03/ 2015

LAMARÃO, S. Instituto De Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). ABREU A. A. et al (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 Disponível em:<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 07/03/ 2015.

MONIZ BANDEIRA, L. Alberto. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil – 1961-1964*. São Paulo, 8ª Ed, rev. e. ampliada Editora UNESP, 2010. 512 p

POLAND, H Cecil. Comunistas usam a Economia do Mercado. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano V, nº 42-43, pp. 10-13, jan-fev 1966.

QUE é o IPÊS. *BOLETIM MENSAL IPÊS*. Rio de Janeiro 25. Rio de Janeiro, Ano III, nº 25, pp. 2-3, agosto, 1964.

SÃO PAULO. Extrato para registro no cartório dr. Sebastiao Medeiros, a rua Miguel Couto 24, *Diário Oficial (do) Estado de São Paulo, São Paulo*, 8 dez. 1961.

**I CONACSO -
CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS DA INSERÇÃO
EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS.
23 A 25 DE SETEMBRO DE 2015
UFES, VITÓRIA-ES.
GT-01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS**

RAMÍREZ, H. R. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. *Diálogos*, v 13, mai 2010. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=373> Acesso em: 28/08/2015.

RELATÓRIO das Atividades do Ipês Rio durante o ano de 1963. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro nº 18 Ano III. p. 2-9, janeiro de 1964.

SÃO PAULO. Extrato para registro no cartório Dr. Sebastião Medeiros, a Rua Miguel Couto 24, *Diário Oficial (do) Estado de São Paulo, São Paulo*, 8 dez. 1961.

SOUZA, M I S de. *Os Empresários e a educação: o IPÊS e a política educacional após 1964-* Petrópolis, Vozes, 1981.

STARLING, H M. *Os senhores as gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964.* Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, C. N. de. *ISEB: Fábrica de Ideologias.* SP Ed Atica, 1978.

TOLEDO, C. N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras. Hist.*[online]. 2004, vol.24, n.47, pp. 13-28. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002> Acesso em 07/03/ 2015

TOLLENS, P. Pela Casa Própria. Pontos fundamentais de um planejamento. In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano II, nº 11, pp. 23-29, junho, 1963.

TORRES, J. G. O investimento Público Brasileira: Análise e Plano In. *BOLETIM MENSAL IPÊS*, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 40-41, nov-dez 1965.